

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
EDITAL N.º 2/2023

**SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O CURSO DE MESTRADO
PRIMEIRO PERÍODO LETIVO DE 2024**

Sumário

1. Preâmbulo	2
2. Do número de vagas oferecidas	2
3. Das vagas reservadas para a política de ações afirmativas - resolução cepe nº 044/2020	3
4. Das vagas destinadas à política de ações afirmativas para candidatas/os indígenas e quilombolas - resolução cepe n. 044/2020	4
5. Das vagas destinadas à política de ações afirmativas para pessoas com deficiência - resolução CPP n. 05/2020	4
6. Da inscrição no processo seletivo	5
7. Das etapas do processo de seleção	7
8. Dos processos de avaliação	8
9. Da classificação final	9
10. Do cronograma	9
11. Dos recursos	10
12. Da concessão de bolsas	11
13. Das disposições finais	11
Anexo A: Área de concentração e linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais	12
Anexo B: Projeto de Dissertação	15
Anexo C: Professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e suas linhas de pesquisa	16
Anexo D: Comprovação – Língua Portuguesa	18
Declaração de conhecimentos intermediários de língua portuguesa	19
Anexo F – Dispensa de apresentação do certificado de proficiência	20
Anexo G - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidatas/os negras/os	21
Anexo H - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidatas/os indígenas	22
Anexo I - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidatas/os quilombolas	23
Anexo J - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidatas/os com deficiência	24
Anexo K - Declaração de pertencimento a Comunidade Indígena (Carta assinada por liderança(s) ou organização indígena)	25
Anexo L - declaração de pertencimento à comunidade quilombola (Carta assinada por liderança(s) ou organização quilombola)	26

1. PREÂMBULO

O coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – PPGRI, noutro de suas atribuições legais, torna público este Edital, que regula o processo seletivo para o preenchimento das vagas do curso de Mestrado do PPGRI, em conformidade com as exigências do Regulamento deste Programa, das Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 80/2021, nº 044/2020, e nº 0090/2022, em conformidade com a Resolução da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação No. 05/2020.

- 1.1. Este edital foi aprovado pelo Colegiado da Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais, em sua 115^a. Reunião realizada em 15/09/2023.
- 1.2. As aulas das disciplinas dos cursos do PPGRI da UnB são, majoritariamente, ministradas em língua portuguesa.
- 1.3. Os cursos do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília são presenciais.
- 1.4. Informações sobre o Programa e/ou curso(s) encontram-se na página do IREL na internet, no endereço eletrônico “<http://www.irel.unb.br>”.

2. DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS

- 2.1. Número total de vagas: 19 (dezenove)
- 2.2. A seleção será efetivada por linha de pesquisa.
- 2.3. As vagas são assim distribuídas por linha de pesquisa:
 - 2.3.1. Linha de pesquisa: Política Planetária e Antropoceno – 4 (quatro) vagas;
 - 2.3.2. Linha de pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos – 4 (quatro) vagas;
 - 2.3.3. Linha de pesquisa: Governo e Política Externa – 4 (quatro) vagas.
- 2.4. Das vagas previstas no item 2.1. serão destinadas: 4 (quatro) vagas para candidatas/os autodeclaradas/os negras/os, 1 (uma) vaga para candidatas/os autodeclaradas/os indígenas, e 1 (uma) vaga para candidatas/os autodeclaradas/os quilombolas, nos termos da Resolução CEPE nº 044/2020, que dispõe sobre a política de ações afirmativas para estudantes negros/as, indígenas e quilombolas nos cursos de Pós-Graduação da Universidade de Brasília; 1 (uma vaga) para candidato(a) com deficiência nos termos da Resolução da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação n.º: 05/2020, conforme resumo de vagas abaixo:

Nível	Linha de pesquisa	Universal	Sistema de Política de Ações Afirmativas			
			Reserva de Vagas			
			Negros/as	Pessoa com deficiência	Indígenas	Quilombolas
Mestrado	1 – Política Planetária e Antropoceno	4 (quatro) vagas	4 (quatro) vagas	1	1	1
	2 – Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos	4 (quatro) vagas				
	3 – Governo e Política Externa	4 (quatro) vagas				

- 2.3.4. Concorrerão às vagas reservadas pela política de ações afirmativas as/os candidatas/os autodeclaradas/os como negras/os, indígenas e quilombolas que optarem por essa política, preenchendo campo específico em formulário do Programa de Pós-Graduação no ato de inscrição no processo seletivo.
- 2.3.5. Na hipótese de não haver candidatas/os negras/os aprovadas/os em número

suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelas/os demais candidatas/os aprovadas/os, de acordo com a ordem de classificação.

2.3.6. Caso as/os candidatas/os indígenas e/ou quilombolas não sejam aprovadas/os no processo seletivo, as vagas adicionais específicas abertas para elas/es serão canceladas.

2.3.7. Na hipótese de não haver candidata/o para ocupar a vaga reservada para pessoa com deficiência, a vaga remanescente será revertida para a ampla concorrência, sendo preenchida pelas/os demais candidatas/os aprovadas/os, de acordo com a ordem de classificação.

3. DAS VAGAS RESERVADAS PARA A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS - RESOLUÇÃO CEPE nº 044/2020:

3.1. As vagas destinadas ao Sistema de Reserva de Vagas não estão vinculadas às linhas de pesquisa.

3.2. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade da/o candidata/o, devendo esta/e responder por qualquer falsidade.

3.3. Na hipótese de constatação de declaração falsa, a/o candidata/o será eliminada/o do processo seletivo. Se houver sido aprovada/o, ficará sujeita/o à anulação da sua matrícula no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

3.4. Os/as candidatos/as que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras – pretas e pardas – e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas em edital deverão se submeter ao procedimento de validação de sua Autodeclaração Étnico-Racial, obedecendo ao que dispõe a Resolução CEPE nº 0090/2022.

3.5. Não poderá concorrer às vagas destinadas às Políticas de Ação Afirmativa o/a candidato/a que não comparecer perante a Comissão de Validação da Autodeclaração Étnico-Racial no dia, horário e local estabelecidos ou que não tiver sua autodeclaração deferida, sendo-lhe, antes, assegurado o direito de recurso nos marcos da Resolução CEPE nº 0090/2022.

3.5.1. O recurso deverá ser encaminhado diretamente para o e-mail heteroidentificacao@unb.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a divulgação do resultado do procedimento de validação da Autodeclaração Étnico-Racial.

3.5.2. À Comissão Recursal reserva-se o direito de convocar o/a candidato/a para uma nova verificação presencial.

3.5.3. Das decisões da Comissão Recursal não caberão recursos.

3.6 DAS VAGAS RESERVADAS PARA A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS - RESOLUÇÃO CEPE nº 044/2020 - ESPECIFICAMENTE PARA CANDIDATA/OS NEGRAS/OS

3.6.1 Serão consideradas/os negras/os as/os candidatas/os socialmente reconhecidas/os como tais, em conformidade com o que preceitua a Resolução CEPE nº 0090/2022.

3.6.2 As/Os candidatas/os negras/os inscritas/os no sistema de cotas que obtiverem notas suficientes para serem aprovadas/os na segunda fase dentro do número de vagas oferecidas no sistema de ampla concorrência preencherão as vagas deste sistema, abrindo assim a vaga reservada no sistema de cotas à/ao candidata/o negra/o posteriormente classificada/o, observado o disposto nos itens 3.4 e 3.5.

3.6.3 A adesão a esta modalidade se dará de forma voluntária por meio do preenchimento de autodeclaração, conforme o modelo do Anexo G.

3.6.4 Os/as candidatos/as que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras – pretas e pardas – e satisfizerem as condições de habilitação

estabelecidas em edital deverão se submeter ao procedimento de validação de sua Autodeclaração Étnico-Racial, obedecendo ao que dispõe a Resolução CEPE nº 0090/2022 e, para tanto, serão entrevistadas/os, durante o processo seletivo por uma comissão de heteroidentificação para que não haja desvio da finalidade da política de ações afirmativas.

3.6.5 A comissão de heteroidentificação será constituída pelo Decanato de PósGraduação.

3.6.6 As/os candidatas/os negras/os que optarem por concorrer às vagas reservadas, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, deverão se submeter ao procedimento de heteroidentificação.

4. DAS VAGAS DESTINADAS À POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA CANDIDATAS/OS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS - RESOLUÇÃO CEPE N. 044/2020

4.1. Serão consideradas/os indígenas ou quilombolas as/os candidatas/os reconhecidas/os como tais.

4.2. A adesão a esta modalidade se dará de forma voluntária por meio de preenchimento de autodeclaração, disponível nos anexos He I desse Edital.

4.3. Quando da inscrição online, as/os candidatas/os indígenas deverão entregar uma Declaração de Pertencimento à Comunidade Indígena assinada por liderança ou organização indígena (Anexo K), reconhecendo a/o candidata/o e seu vínculo ao grupo étnico, de acordo com o que dispõe a Resolução do CEPE/UnB nº 0044/2020.

4.3.1. A/o candidata/o optante pelas políticas de ações afirmativas para indígenas terá a confirmação da sua autodeclaração dada pela Comissão de Heteroidentificação do Decanato de Pós-Graduação, que apreciará carta assinada por liderança ou organização indígena, reconhecendo a/o candidata/o e seu vínculo ao grupo indígena, obedecendo o que dispõe a Resolução CEPE nº 0090/2022.

4.4. Quando da inscrição online, as/os candidatas/os quilombolas deverão entregar uma Declaração de Pertencimento à Comunidade Quilombola assinada por liderança ou organização quilombola (Anexo L), reconhecendo a/o candidata/o e seu vínculo ao grupo quilombola, de acordo com o que dispõe a Resolução do CEPE/UnB nº 0044/2020.

4.4.1. A/o candidata/o optante pelas políticas de ações afirmativas para quilombolas terá a confirmação da sua autodeclaração dada pela Comissão de Heteroidentificação do Decanato de Pós-Graduação, que apreciará carta assinada por liderança ou organização quilombola, reconhecendo a/o candidata/o e seu vínculo ao grupo quilombola, obedecendo o que dispõe a Resolução CEPE nº 0090/2022.

5. DAS VAGAS DESTINADAS À POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - RESOLUÇÃO CPP N. 05/2020

5.1. Quando da inscrição online, a/o candidata/o com deficiência deverá informar o tipo de deficiência que apresenta, se necessita de assistência e quais medidas são necessárias para a realização das provas. A adesão a esta modalidade se dará de forma voluntária por meio do preenchimento de formulário específico de autodeclaração (Anexo J).

5.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

5.3. Havendo desistência de candidata/o com deficiência aprovada/o em vaga suplementar, a vaga será preenchida pela/o candidata/o com deficiência classificado em ordem decrescente de nota final.

5.4. Caso não sejam cumpridos os critérios de admissão, as vagas poderão ser reaproveitadas

no processo seletivo geral ou desconsideradas, ficando a decisão a cargo deste Programa de Pós-Graduação, por meio de decisão Colegiada, conforme Resolução CPP nº 0005/2020.

- 5.5. Uma vez classificada/o no processo seletivo, a/o candidata/o autodeclarada/o pessoa com deficiência deverá, no momento da matrícula no Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais comprovar sua condição por meio de laudo médico.

§ 1º O laudo médico deverá ter sido expedido no prazo máximo de 6 (seis) meses antes da publicação do Edital.

§ 2º O laudo médico deverá conter:

- 5.5.1. A assinatura do médico, carimbo e seu número de registro no Conselho Regional de Medicina;
- 5.5.2. A especificação do grau de deficiência.

6. DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

- 6.1. As inscrições para o processo seletivo de candidatas/os ao curso de Mestrado Acadêmico do PPGRI referente ao primeiro período letivo de 2024 serão efetuadas exclusivamente pelo/a interessado/a no período de 23/10/2023 às 0h00min até 03/11/2023 às 23h59min, horário de Brasília, em Sistema de Inscrição on-line acessível no seguinte endereço: <http://inscricaooposgraduacao.unb.br>.
- 6.2. O PPGRI não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica referente a computadores, conexão à internet ou congestionamento delinhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados para o Sistema de Inscrição on-line.
- 6.3. Em se constatando candidaturas idênticas, prevalecerá a que foi submetida por último.
- 6.4. No ato da inscrição, as/os candidatas/os deverão acessar o Sistema de Inscrição on-line disponível em <http://inscricaooposgraduacao.unb.br> e submeter os documentos abaixo listados, que devem ser apresentados em formato pdf, exceto quando requerido arquivo em formato distinto. Cada documento não poderá ultrapassar 10MB (megabytes).
- 6.4.1. Dados pessoais, Documento de Identidade, CPF, Título de Eleitor com o último comprovante de votação ou Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo TSE, Certificado de Reservista (para os candidatos do sexo masculino), foto 3x4 colorida do/a candidato (a) e e-mail.
- 6.4.2. Para candidatas/os estrangeiras/os residentes no país, declaração de conhecimentos intermediários em língua portuguesa, conforme Anexo D.
- 6.4.3. Endereço pessoal e telefone.
- 6.4.4. Diploma de Graduação ou declaração oficial do Programa em que a/o candidata/o realiza Graduação, afirmando que é provável formanda/o e Histórico Escolar do Curso de Graduação;
- 6.4.5. Currículo Lattes atualizado (disponível para preenchimento no endereço <http://lattes.cnpq.br>).
- 6.4.6. Elementos comprobatórios das atividades listadas no Currículo Lattes (e.g. certificados de participação em eventos, vínculos empregatícios etc).
- 6.4.7. Produção técnica e científica (e.g. versão completa dos artigos, capítulos e livros eventualmente publicados etc).
- 6.4.8. Carta de intenções da/o candidata/o de até duas laudas contendo apreciações que relacionem o curso de Mestrado em Relações Internacionais do PPGRI/UnB às suas expectativas de formação acadêmica e ao exercício profissional futuro. Não há modelo para essa carta, ficando livre a/o candidata/o para expressar suas intenções com o curso de Mestrado.
- 6.4.9. Duas cartas de recomendação acadêmica. Não há modelo para estas cartas, ficando livre a/o recomendante para expressar sua avaliação, as potencialidades da/o candidata/o e a sua adequação para a realização de estudos em nível de

mestrado. As cartas de recomendação podem ser apresentadas em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

6.4.10. Não há taxa de inscrição, de acordo com a Resolução CPP 06/2020.

6.4.11. Certificado de proficiência em inglês emitido de acordo com a tabela abaixo:

Certificado de Proficiência	Pontuação Mínima
Michigan	nível ECCE
Cambridge	FCE pass
Toefl IBT	73 pontos
Toefl ITP	543 pontos
IELTS	6 pontos
Duolingo English Test	95 pontos
TOEIC	400 pontos

6.4.11.1. A validade considerada dos certificados de proficiência será de 10 (dez) anos, contados a partir da data de emissão do resultado.

6.4.12. A Prova de Avaliação de Projeto de Dissertação a ser desenvolvida no Mestrado.

6.4.12.1. Os projetos poderão ser apresentados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola e as referências deverão seguir o padrão ABNT ou Chicago. O projeto deve revelar o interesse da/o candidata/o por um tema específico relevante e com originalidade, explicitamente relacionado a uma das linhas de pesquisa (ver ANEXO A). Na capa do projeto deverá ser indicado o nome da/o candidata/o, título do projeto e linha de pesquisa à qual a/o candidata/o pretende se vincular. As demais páginas não devem conter identificação da/o autora/autor. Os elementos textuais devem ser constituídos de: A) Apresentação do Tema (tema e contexto em que se insere); B) Problematização, questões orientadoras e, quando cabível, proposição de hipóteses; C) Objetivos – geral e específicos; D) Justificativa do projeto, explicitando a relevância do tema e da pesquisa proposta para a linha de pesquisa ao qual se candidata, situando-o na literatura científica pertinente; E) Revisão da Literatura, com realce para o referencial teórico que embasará o trabalho; F) Métodos de pesquisa propostos. Entre os elementos pós-textuais, devem constar: G) Referências Bibliográficas; H) Cronograma de desenvolvimento da pesquisa. O projeto deve ser apresentado em fonte Times New Roman, tamanho 12 e ter entre 10 e 15 páginas (parte textual, excluídas as referências bibliográficas) com espaçamento 1,5. Não serão homologadas inscrições que contenham projetos com mais de 15 páginas (parte textual);

6.4.13. Estão dispensadas/os da apresentação do certificado de proficiência em inglês e devem preencher e incluir, quando da inscrição, o Anexo F:

6.4.13.1. As/Os candidatas/os nacionais de países cuja língua oficial é a inglesa;

6.4.13.2. As/Os candidatas/os ao mestrado com diploma de graduação realizado em língua inglesa;

6.4.13.3. As/Os candidatas/os que são diplomatas de carreira, ou oficiais de chancelariado serviço exterior brasileiro, ou membros da carreira de Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, ou que fazem parte de uma das carreiras do ciclo de gestão do governo federal, a seguir listadas: Analista de Comércio Exterior (ACE), Analista de Planejamento e Orçamento (APO) e Técnico de Planejamento e Orçamento (TPO), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Técnico em Planejamento e Pesquisas do IPEA (TPP) e de Técnico em Desenvolvimento do IPEA (TD).

Nesse caso, deve ser apresentada declaração funcional que ateste a vinculação da/o candidata/o à carreira.

- 6.4.14. As/os candidatas/os candidatos que realizarem inscrição em cotas de políticas de ações afirmativas devem apresentar todos os documentos exigidos para essa modalidade.
- 6.5. Terão as inscrições homologadas pela Comissão de Seleção apenas as/os candidatas/os que apresentarem a documentação exigida dentro do prazo previsto no item 10 do presente Edital.
- 6.6. A/O candidata/o, ao apresentar a documentação requerida, se responsabiliza pela veracidade de todas as informações prestadas.
- 6.7. A admissão das/os candidatas/os aprovadas/os na seleção se consolidará posteriormente pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) após a confirmação de ingresso no curso por parte da/o candidata/o selecionada/o, conforme item 10 deste edital. No ato da admissão as/os candidatas/os deverão apresentar cópias simples em frente e verso dos seguintes documentos: Diploma do curso superior; Histórico Escolar do curso superior; Carteira de Identidade; CPF; Título de eleitor com último comprovante de votação ou Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo TSE; Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino); Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), página de identificação do passaporte acompanhado visto e documento que conste o nome dos pais (somente para os candidatos estrangeiros aprovados).
- 6.8. Não será permitido o registro concomitante em mais de um curso de Pós- Graduação *stricto sensu* da UnB.
- 6.9. Candidatas/os inscritas/os no processo seletivo para o curso de Mestrado em fase de conclusão do Curso de Graduação, se selecionadas/os, deverão apresentar diploma ou certificado de conclusão do respectivo curso de graduação no ato de registro na Secretaria de Administração Acadêmica (SAA) da UnB.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

- 7.1. As etapas de seleção serão realizadas nas datas e horários que constam do item 10 deste Edital.
- 7.2. Todas as etapas da seleção de que trata o presente Edital serão realizadas de forma remota (online), por meio da Plataforma Microsoft Teams oficial da UnB.
- 7.3. A/O candidata/o deverá realizar todas as fases da seleção de forma remota (online), na data definida em Edital, sendo da sua exclusiva responsabilidade dispor de local adequado e de dispositivo eletrônico devidamente configurado para acesso à internet e ao ambiente configurado para a realização da prova oral, na da Plataforma Microsoft Teams oficial da UnB.
- 7.4. O processo de seleção será composto por duas etapas: prova oral e avaliação do projeto de dissertação de mestrado.
 - 7.4.1.1. A prova oral terá duração máxima de 20 (vinte) minutos e será realizada em ambiente virtual, na Plataforma Microsoft Teams oficial da UnB;
 - 7.4.1.2. A prova oral consistirá da argüição da/o candidata/o pela Comissão de Seleção. A carta de intenções referida no item 6.4.8 poderá ser objeto de argüição.
 - 7.4.1.3. Os critérios de avaliação para esta prova estão explicitados no item 8 deste Edital
 - 7.4.1.4. A prova poderá ser respondida em língua portuguesa, inglesa ou espanhola;
 - 7.4.1.5. O áudio e/ou vídeo da prova oral serão gravados em meio digital.
- 7.4.2. Projeto de dissertação de mestrado. O projeto de dissertação deve revelar o interesse da/o candidata/o por um tema específico relevante e com originalidade, explicitamente relacionado às áreas de concentração do Programa e a uma de suas linhas de pesquisa (ver ANEXO A). Na capa do projeto deverão ser indicados o nome da/o candidata/o, título do projeto e linha de pesquisa. As demais páginas não devem conter identificação da/o candidata/o. Os elementos textuais devem ser

constituídos de: A) Apresentação do Tema (tema e contexto em que se insere); B) Problematização, questões orientadoras e, quando cabível, proposição de hipóteses; C) Objetivos – geral e específicos; D) Justificativa do projeto, explicitando a relevância do tema e da pesquisa proposta para a área de concentração, situando-o na literatura científica pertinente; E) Revisão Bibliográfica, com realce para o referencial teórico que embasa o trabalho; F) Métodos de pesquisa propostos. Entre os elementos pós-textuais, devem constar: G) Referências Bibliográficas; H) Cronograma de desenvolvimento da pesquisa. O projeto de dissertação poderá ser redigido em língua portuguesa, inglesa ou espanhola.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO:

8.1 Será atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos a cada prova.

8.2 Prova oral:

- 8.2.1 Esta etapa é classificatória e eliminatória, sendo 7 (sete) a nota mínima para aprovação.
- 8.2.2 Para efeito de organização da prova oral, as/os candidatas/os serão convocadas/os em ordem alfabética crescente, classificadas/os pelo seu primeiro nome;
- 8.2.3 O acesso ao ambiente em que se realizará a prova oral será restrito à/ao candidata/o, aos membros da banca examinadora e ao pessoal de apoio da Secretaria do Programa de Pós-Graduação;
- 8.2.4 É da exclusiva responsabilidade da/o candidata/o dispor de local adequado e de dispositivo eletrônico devidamente configurado para acesso à internet e ao ambiente configurado para a realização da prova oral, na Plataforma Microsoft Teams oficial da UnB;
- 8.2.5 O dispositivo utilizado pela/o candidata/o deve necessariamente ser equipado de câmera e microfone, que permitam à banca examinadora visualizá-la/lo, escutá-la/lo emanar diálogo sem interrupções ao longo da realização da prova oral;
- 8.2.6 A prova oral consistirá na arguição da/o candidata/o pela comissão de seleção quanto ao projeto de dissertação. Este deve corresponder aos seguintes critérios:
 - A. O interesse da/o candidata/o por um tema específico relevante, explicitamente relacionado com uma das linhas de pesquisa do Programa;
 - B. Sua capacidade de organizar e expor as ideias contidas no projeto e sustentar seus argumentos científicos com clareza e objetividade;
 - C. Seu nível de conhecimento, capacidade de raciocínio e de inter-relacionar ideias e conceitos contidos no projeto;
 - D. A/O candidata/o será argüida/o também quanto às suas expectativas profissionais e acadêmicas em relação ao curso, sua experiência acadêmica e profissional prévia;
 - E. A carta de intenções referida no item 6.4.8 poderá ser utilizada pela banca examinadora como elemento para a argüição da/o candidata/o.
- 8.2.7 Prova de avaliação do projeto de dissertação. Esta etapa é classificatória e eliminatória, sendo 7 (sete) a nota mínima para aprovação.
 - 8.2.7.1 A prova de avaliação do projeto de dissertação consistirá na análise do projeto pela banca examinadora, sem a presença de candidatas/os.
 - 8.2.7.2 Os critérios de avaliação são:
 - A. O desenho da pesquisa e a metodologia, explicitamente relacionados com uma das linhas de pesquisa do Programa;
 - B. A consistência teórica;
 - C. A coerência entre os componentes da proposta;
 - D. A exeqüibilidade do estudo proposto.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

- 9.1. Serão consideradas/os aprovadas/os apenas as/os candidatas/os que alcançarem, no mínimo, nota final 7 (sete) na média das notas das duas etapas.
- 9.2. A classificação das/os candidatas/os aprovados/os far-se-á por ordem decrescente das notas finais das/os candidatas/os.
- 9.3. Serão selecionadas/os aquelas/os candidatas/os que, pela ordem decrescente de classificação, preencherem o número de vagas oferecidas.
- 9.4. Nessa classificação será observada a Resolução CEPE nº 044/2020, que dispõe sobre a política de ações afirmativas para estudantes negras/os, indígenas e quilombolas nos cursos de Pós-Graduação da UnB, assim como a CPP 05/2020, que estabelece reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos dos Programas de Pós-Graduação da Universidade de Brasília.
- 9.5. Caso ocorram desistências de candidatas/os selecionadas/os, poderão ser chamadas/os a ocupar as vagas remanescentes outras/os candidatas/os aprovadas/os, respeitando-se a ordem de classificação e o número de vagas disponíveis.
- 9.6. Em caso de empate, os critérios de desempate são: (1º) maior nota na Prova Oral; (2º) maior nota na prova de avaliação do projeto; (3º) a/o candidata/o com maior idade.

10. DO CRONOGRAMA

- 10.1. As datas de realização das inscrições e sua homologação, das etapas do processo seletivo, bem como da divulgação dos respectivos resultados da seleção de Mestrado, constam da tabela abaixo:

DATA	ETAPA	HORÁRIO
23/10 a 03/11/2023	Período de inscrições	A partir de 23/10 às 00h00min até 03/11 às 23h59min
07/11/2023	Divulgação da homologação das inscrições, sujeita a recursos	Até 23h59min
09/11/2023	Prazo final para interpor recurso ao resultado da homologação das inscrições	Até 23h59min
13/11/2023	Divulgação da homologação das inscrições	Até 23h59min
14/11 a 24/11/2023	Realização da Prova de Avaliação de Projeto de Dissertação - Processo interno - não requer a presença do/a candidato/a	9h às 12h
27/11/2023	Divulgação do resultado da Prova de Avaliação de Projeto de Dissertação, sujeito a recurso	Até 23h59min
29/11/2023	Prazo final para interpor recurso ao resultado da Prova de Avaliação de Projeto de Dissertação	Até 23h59min
01/12/2023	Divulgação do resultado final da Prova de Avaliação de Projeto de Dissertação	Até 23h59min

04 a 07/12/2023	Realização da Prova Oral	A partir das 9h, de acordo com a programação a ser divulgada
08/12/2023	Divulgação do resultado da Prova Oral, sujeito a recurso	Até 23h59min
12/12/2023	Prazo final para interpor recurso ao resultado da Prova Oral	Até 23h59min
Até 14/12/2023	Divulgação do resultado final da Prova Oral	Até 23h59min
19/12/2023 (previsão)	Reunião da Comissão de Heteroidentificação para fins de validação da autodeclaração dos/as candidatos/as negros/as e validação da documentação de candidatos/as indígenas e quilombolas.	***
12/01/2024	Divulgação do resultado final do processo de seleção.	Até 23h59min
26/01/2024	Confirmação por e-mail de ingresso no curso por parte do/a candidato/a selecionado/a.	***

10.2. Os/as candidatos/as negros(as), indígenas e quilombolas optantes pela política de ações afirmativas devem observar o cronograma de execução da Comissão de Heteroidentificação para os procedimentos de validação da documentação e da autodeclaração, disponível no site do Decanato de Pós-Graduação: www.dpg.unb.br.

10.3. A divulgação dos resultados de todas as etapas será feita na página eletrônica www.irel.unb.br.

11. DOS RECURSOS

11.1. Requerimentos de reconsideração e recursos serão acolhidos se interpostos em até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado preliminar de cada etapa, conforme cronograma estabelecido no item 10 (dez) deste Edital, e deverão ser apresentados em formulário padrão disponível na página eletrônica https://dpg.unb.br/images/formulario_de_recurso_2023.pdf, endereçado à Secretaria do Programa de Pós-Graduação via endereço eletrônico: ppgirel@unb.br.

11.1.1. Os requerimentos de reconsideração serão analisados e julgados pela Comissão de Seleção, sendo soberana em suas decisões. Somente na hipótese de vício de forma, caberá recurso, sem efeito suspensivo, ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação, ao Conselho da Unidade Acadêmica e à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília (CPP), nesta ordem, conforme art. 60 do Regimento Geral da Universidade de Brasília.

11.1.1.1. Recursos dirigidos à CPP devem ser apresentados pelo/a candidato/a ou por seu representante legal, na Secretaria do Programa através do endereço eletrônico: ppgirel@unb.br para ser remetido, via processo SEI, para o Decanato de Pós-Graduação, unidade administrativa responsável pela Secretaria Executiva da CPP.

- 11.2. Do resultado final só serão cabíveis recursos ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação, ao Conselho da Unidade Acadêmica, e à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), na hipótese de vício de forma, até 10 (dez) dias úteis após a divulgação do resultado final, conforme o art. 61 do Regimento Geral da Universidade de Brasília.
- 11.3. Para acesso às avaliações das provas orais por correio eletrônico é necessário o preenchimento do “Formulário para solicitação de consulta da prova oral e gravação de áudio do exame” - Anexo E.

12. DA CONCESSÃO DE BOLSAS

- 12.1. Sempre que houver bolsas disponíveis, estas deverão ser concedidas a todos e todas aprovados/as autodeclarados/as indígenas, quilombolas e autodeclarados/as e heteroidentificados/as negros/as e a pessoas com deficiência, prioritariamente, conforme o Art. 2º da Resolução CPP nº 11/2020.
- 12.2. Aos/às demais aprovados/as deverão ser concedidas as bolsas remanescentes, segundo os critérios definidos pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, conforme Art. 2º § 1º, da Resolução CPP nº 11/2020.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. Será desclassificada/o e automaticamente excluída/o do processo seletivo a/o candidata/o que:
 - 13.2. Não comparecer a qualquer uma das etapas do processo seletivo nas datas e horários previstos para o seu início.
 - 13.3. Prestar declarações ou apresentar documentos falsos em quaisquer das etapas da seleção.
 - 13.4. Não apresentar toda a documentação requerida nos prazos e condições estipulados neste Edital.
 - 13.5. Não confirmar a sua participação no Programa, na data especificada neste Edital, no caso de ser selecionada/o.
- 13.6. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação e pelo Decanato de Pós-Graduação, de acordo com o regulamento do Programa e a Resolução CEPE 80/2021, conforme as suas competências.
- 13.7. Os resultados parciais, assim como outros comunicados que se façam necessários, serão divulgados na página eletrônica www.irel.unb.br
- 13.8. Ao inscrever-se no processo seletivo, a/o candidata/o reconhece e aceita as normas estabelecidas neste Edital e no Regulamento do Programa de Pós-Graduação ao qual se inscreve.



Brasília, DF, 15 de setembro de 2023
Prof. Dr. Alcides Costa Vaz
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
Universidade de Brasília

Anexo A: Área de Concentração e Linhas de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – GOVERNANÇA GLOBAL

O PPGRI se estrutura em uma Área de Concentração (Governança Global), que congrega três linhas de pesquisa, a saber: A. Política Planetária e Antropoceno; B. Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos e; C. Governo e Política Externa.

O conceito de Governança Global envolve os sentidos clássicos das subdivisões da disciplina de Relações Internacionais. Assim, os debates teóricos, os estudos de área, a análise de política externa, das instituições e dos regimes internacionais, a economia política, as questões de segurança internacional, os desafios do regionalismo, entre outras, são as questões abarcadas sob o sentido amplo da ideia estruturante de Governança Global.

Linha de pesquisa: Política Planetária e Antropoceno

O Antropoceno sucede ao Holoceno e corresponde à nova época geológica marcada pela instabilidade sistêmica do Planeta Terra, engendrada e acelerada pela ação antrópica no século XX. A constatação da insustentabilidade dos modos de produção e consumo predominantes comprova riscos e desafios globais que se estendem da instabilidade climática ao desaparecimento de vida em diversas partes do Planeta, tanto terrestres como marinhas. Entre eles, eventos climáticos extremos, pandemias naturais ou criadas, inteligência artificial não-alinhada e/ou usada como nova arma, ciberataques, *gene drivers* e bioterrorismo são exemplos da complexidade atual e do potencial tecnológico de disrupção de toda e qualquer ordem social. Os impactos sobre o planeta são cada vez mais alarmantes, comprovados cientificamente, porém também mais imprevisíveis em função da complexidade das dinâmicas planetárias e de suas interconexões.

Recursos e práticas cada vez mais sofisticados, como monitoramento por satélite, big data, geo-engenharia, inteligência artificial, biotecnologia e nanotecnologia, entre outros, oferecem soluções para os desafios e riscos mencionados, porém exigem um novo compromisso de todos com a gestão coletiva e com o uso das tecnologias disponíveis. Segundo o *Global Risks Landscape do World Economic Forum* de 2020, as duas principais categorias de riscos são a ambiental e tecnológica, e não mais a geopolítica ou econômica tradicional. Apesar dos recursos de poder para a gestão mais sustentável dos recursos vivos e não-vivos, as instituições como Estados e mercados não foram capazes de assegurar a mudança comportamental necessária para que os limites planetários não sejam ultrapassados.

Neste sentido, para explicar e entender a política na escala planetária é preciso alargar os horizontes temporais e espaciais da pesquisa em RI, bem como o conceito de agência. Isso implica desafios ontológicos e epistemológicos. No Antropoceno, são necessários novos arranjos de governança para que a reflexividade ecológica seja integrada aos processos decisórios e reformas institucionais, em nome do interesse geral da humanidade e das gerações futuras. Adaptação, capacidade adaptativa e resiliência são os grandes desafios do que se convém chamar de governança do sistema Terra. Entretanto, as megatendências de difusão de poder, privatização, fragmentação institucional e política levaram ao contexto atual de crise do multilateralismo dentro e fora do sistema ONU, enfraquecimento da ordem ocidental liberal, violações ao direito internacional público e ameaças à dignidade humana.

As relações internacionais precisam ser repensadas, em diálogo constante com outros ramos da ciência, em termos de construção de respostas aos desafios criados pela própria humanidade para o seu único planeta. Esta governança do sistema Terra exige maior empenho da comunidade científica na comunicação e sensibilização dos tomadores de decisão dos níveis local ao global. Em outros termos, a grande questão é como usar toda a tecnologia disponível para políticas mais sustentáveis, efetivas e inclusivas, e com a possível brevidade.

Linha de pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

O mundo contemporâneo é caracterizado por intensas interconexões econômicas, tecnológicas, sociais e culturais, que geram dependências mútuas, nem sempre simétricas. Esta interdependência complexa é alimentada, além das interações interestatais, por interações *inter* sociedades e *inter* indivíduos via não só o mundo físico – por meio de, entre outros, o turismo, as migrações e os fluxos de refugiados; como também o virtual, por meio da expansão acelerada do *cyberworld*. Tal dimensão coexiste com disputas geopolíticas no plano global e em diferentes contextos regionais, impulsionando dinâmicas estratégico-militares e a produção e comercialização de sistemas de armamentos cada vez mais sofisticados tecnologicamente projetando disputas em novos domínios, com destaque ao cibernético, ao espacial e às tecnologias disruptivas.

Estas novas interações (assim como os conflitos que delas decorrem) desafiam entendimentos tradicionais relativos ao que é segurança. Questões como a segurança civilizacional, a climática, a alimentar, a humana, a pandêmica, entre muitas outras, têm expandido de forma (para alguns) excessiva a agenda de segurança e novos conflitos. Contudo, não é só a emergência de novos temas que expande as agendas e agências de pesquisa; velhos temas como a insegurança urbana adquirem novas dimensões em um mundo interconectado e digital. Hoje em dia, mais do que um fenômeno local, a insegurança urbana (e principalmente nas capitais) deriva fortemente da sua localização em redes políticas, econômicas (e civilizacionais) mais amplas, trata-se de redes transnacionais de crime organizado, terrorismo, narcotráfico, ou outros tipos de atividades criminosas. De fato, novos movimentos terroristas como o *jihadismo* do ISIS pautam-se por ataques a cidades europeias selecionadas, que são geograficamente distantes das cidades onde este movimento se originou. A insegurança destas está, portanto, inextricavelmente ligada ao seu posicionamento nas redes supracitadas.

Deste modo, as fronteiras entre o internacional e o doméstico são cada vez mais insignificantes, e os conflitos assumem caráter notavelmente assimétrico, em que questões de poder e identidade assumem um papel central na sua gênese e desenvolvimento. Um mundo de múltiplos atores a operarem de modo transnacional e transregional desafia os acadêmicos a questionarem as origens e a estruturação do próprio conhecimento que produzem. De fato, as barreiras epistêmicas decorrentes da compartimentalização do mundo em áreas, regiões ou até mesmo países, são incongruentes com a espacialidade ativa da atividade humana. Deve ser, portanto, questionada a ‘naturalização’ de barreiras geográficas artificiais – porque construídas histórica e politicamente – e a sua conversão em cercas epistêmicas rígidas que minam a compreensão de fenômenos transregionais como os supracitados. Estes incitam-nos também a questionar as possibilidades para a viagem de conceitos entre partes diferentes do mundo, tradução essa que muitas vezes é realizada de forma acrítica e a-histórica.

A natureza assimétrica da sociedade internacional, assente na concepção de uma ética global comum deve ser também explorada. O estabelecimento e a aceitação de standards de civilização ou de *appropriateness* definidos e embutidos em rankings e

índices internacionais, definem quais estados detêm uma pertença *qualificada* à sociedade internacional. Na fronteira da assimetria de valores (e de estados), estão questões de organização política doméstica, a relação entre o estado e a sociedade, questões de gênero, relação entre ambiente e produção de energia, entre outras. No mundo daqueles que fazem o *opting out* desta ética global – os *uncivilized* – predomina o *modus vivendi* pautado pela ausência de status e pela gestão de estigmas. Como circundar os primeiros e ressignificar os segundos assume particular importância. De fato, questões como rejeitar a diferença ou ‘usá-la’ como fonte de orgulho são fulcrais não só na definição do *modus operandi* desses estados e demais atores na sociedade internacional, como também na análise de questões mais amplas relacionadas à conformidade e à reprodução da sociedade internacional contemporânea.

Linha de pesquisa: Governo e Política Externa

O que significa governar num espaço político cada vez mais interconectado com atores que competem diretamente com a autoridade central, tornando a gestão de riscos ainda mais complexa? É fato que o financiamento e o controle das inovações tecnológicas por atores privados aumentam rapidamente tanto na pesquisa científica em geral como em setores de energia, saúde, informação e comunicação em particular. Ampliou-se também o acesso a novas tecnologias para atores privilegiados, notadamente do setor privado. Consequentemente, o Estado perdeu não só o monopólio do uso da força, mas também da informação e socialização dos “seus” nacionais. Talvez tal monopólio só tenha existido na teoria, posto que o funcionamento dos Estados depende de variáveis endógenas e exógenas. De qualquer forma, em função do empoderamento de atores diversos, hard, soft e smart power parecem cada vez mais indissociáveis.

Processos políticos como a construção de interesses e agendas nacionais escapam do controle de instituições tradicionais, como as chancelarias, haja vista a crescente colaboração de atores públicos e privados, tanto da sociedade civil como do mercado, bem como de atores subnacionais, como as cidades e estados, cujo exemplo emblemático é a Califórnia, a qual tem a oitava maior economia do mundo, ou São Paulo, no caso sul-americano.

Cresceu também a capacidade de Estados influenciarem a rotina política de outros (*sharp power*) e dos demais atores de influenciarem em processos decisórios com recursos de poder limitados, como no caso de *hackers* e mobilizadores de opinião pública e/ou de identidade. Neste sentido, para se analisar a política externa de um país, é necessário ter em mente os arranjos institucionais domésticos e externos, mas principalmente como eles interagem, ou não.

Anexo B: Projeto de Dissertação

- A. Relevância do tema, originalidade, consistência teórica e argumentativa; exequibilidade do projeto proposto;
- B. Desenho de Pesquisa e metodologia;
- C. Atualização bibliográfica; adequação às linhas de pesquisa do PPGRI.

Anexo C: Professores do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais e suas linhas de pesquisa

Alcides Costa Vaz, Doutor em Sociologia, USP (2001).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6295515302675804>

E-mail: alcidesvaz@gmail.com

Linha de Pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Ana Flávia Granja e Barros, Doutora em Relações Internacionais, Université de Paris I, França (2000). Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7599253575479186>

E-mail: anaflaviaplatiau@gmail.com

Linha de Pesquisa: Política Planetária e Antropoceno

Antônio Carlos Lessa, Doutor em História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília (2000).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7585443845426041>

E-mail: alessa@unb.br

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2002).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3919013021808128>

E-mail: ramalho@unb.br

Linha de Pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Danielly Silva Ramos, Doutora em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (2006).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6031196870275067>

E-mail: daniellyr@yahoo.com

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Eduardo Viola, Doutor em Ciência Política, USP (1982).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2685286492991791>

E-mail: eduviola@gmail.com

Linha de Pesquisa: Política Planetária e Antropoceno

Haroldo Ramanzini Júnior, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP (2012).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1286135953491294>

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Henrique Altemani de Oliveira, Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1988).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9613045444888266>

E-mail: henrique.altemani@gmail.com

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Juliano da Silva Cortinhas, Doutor em Relações Internacionais, Universidade de Brasília

(2012).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5622221919757293>

E-mail: jcortinhas@gmail.com

Linha de Pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Niels Soendergaard, Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2018)

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6487226367169304>

Email: nielssonder888@gmail.com

Linha de Pesquisa: Política Planetária e Antropoceno

Norma Breda dos Santos, Doutora em História e Política Internacional (Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, Genebra, Suíça (1996).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6589386808816208>

E-mail: breda@unb.br.

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Roberto Goulart Menezes, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP (2010).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3447982256778354>

E-mail: rgmenezes@unb.br

Linha de Pesquisa: Interconexões Globais, Assimetrias e Conflitos

Rogério de Souza Farias, Doutor em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (2012).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3305498546732098>

E-mail: rofarias@gmail.com

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Thiago Gehre Galvão, Doutor em Relações Internacionais, Universidade de Brasília (2011).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0445717686469340>

E-mail: thiago.gehre@gmail.com

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Vânia Carvalho Pinto, Doutora em Ciência Política/Relações Internacionais pela Universidade de Hildesheim, Alemanha (2009).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1450530393819869>

Email: vicp@unb.br

Linha de Pesquisa: Política Planetária e Antropoceno

Virgílio Caixeta Arraes, Doutor em História pela Universidade de Brasília (2005).

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6041229059797399>

Email: arraes@unb.br

Linha de Pesquisa: Governo e Política Externa

Anexo D: Comprovação - Língua Portuguesa

Declaração de conhecimentos intermediários de língua portuguesa

Eu _____,
_____portador do passaporte n.º _____ou do
documento de identificação n.º _____declaro,
por meio do presente, possuir conhecimentos intermediários de língua portuguesa.

_____de _____de 2023.

(assinatura)

Anexo E - Formulário para solicitação de consulta da prova oral e gravação de áudio do exame

Nome:

Nº de inscrição:

CPF:

Solicito que me sejam enviadas para o e-mail _____, cópia digitalizada da planilha de avaliação da prova oral e a gravação de áudio do exame realizado sob o nome, nº de inscrição e CPF acima indicados.

Declaro estar ciente de que a planilha de avaliação da prova oral e a gravação de áudio do exame serão enviadas exclusivamente para o e-mail por mim designado e a meu pedido.

Confirmo ainda estar ciente de que é minha responsabilidade confirmar junto à Secretaria do Programa o recebimento dos itens supracitados.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura)

Anexo F – Dispensa de apresentação do certificado de proficiência

Eu _____, portador do passaporte
n.º _____ ou do documento de identificação n.º _____ declaro
estar dispensado da apresentação do certificado de proficiência, nos termos do item _____
do Edital N.º _____.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura)

Anexo G - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidato(a)s negro(a)s

Eu, _____,

Data de Nascimento: ___/___/___,

Naturalidade: _____(cidade, estado, país)

RG: _____ Data de Emissão: ___/___/_____ Órgão

Emissor: _____

C.P.F: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone (s) : _____

Email: _____

estou ciente e concordo com as regras do Edital, declarando-me negro(a) e sendo socialmente reconhecido(a) como tal. Por esta razão, opto por concorrer na modalidade de reserva de vagas para negro(a)s.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura)

Anexo H - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidato(a)s indígenas

Eu, _____

Pertencente à comunidade indígena _____

Data de Nascimento: ___/___/___

Naturalidade: _____ (cidade, estado, país)

RG _____ Data de Emissão: _____ Órgão Emissor: _____

C.P.F: _____

Estado civil: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone fixo: _____ Celular: _____

Email: _____

Estou ciente e concordo com as regras do Edital n. 02/2023 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, declarando-me indígena. Por esta razão, opto por concorrer às vagas disponibilizadas a candidatos/as indígenas. Apresento no ato da inscrição carta ou equivalente da comunidade indígena à qual pertencço atestando meu reconhecimento étnico, nos termos do Edital n. 02/2023 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura)

Anexo I - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidato(a)s quilombolas

Eu, _____

Pertencente à comunidade quilombola _____

Data de Nascimento: ___/___/___

Naturalidade: _____ (cidade, estado, país)

RG: _____ Data de Emissão: _____ Órgão Emissor: _____

C.P.F: _____

Estado civil: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone fixo: _____ Celular: _____

Email: _____

Estou ciente e concordo com as regras do Edital n. 02/2023 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, declarando-me quilombola. Por esta razão, opto por concorrer às vagas disponibilizadas a candidatos/as quilombolas. Apresento no ato da inscrição carta ou equivalente da comunidade quilombola à qual pertencço atestando meu reconhecimento étnico, nos termos do Edital n. 02/2023 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura)

Anexo J - Autodeclaração para fins de concorrer na modalidade de reserva de vagas para candidato(a)s com deficiência

Eu, _____

informo que apresento a seguinte deficiência _____

_____.

Eu não necessito de assistência ou de medidas especiais para realização das provas.

Eu necessito da seguinte assistência e das seguintes medidas para realização das provas, listadas a seguir: _____

_____.

Data de Nascimento: ___/___/___ Naturalidade: _____ (cidade, estado,

país) RG: _____ Data de Emissão: _____ Órgão Emissor: _____

C.P.F: _____ Estado civil: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone fixo: _____ Celular: _____

Email: _____

Estou ciente e concordo com as regras do Edital n. 002/2023 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, declarando-me deficiente. Por esta razão, opto por concorrer às vagas disponibilizadas a candidatos/as com deficiência. Apresento, no ato da inscrição, comprovantes de minha condição de deficiente por meio de laudo médico e/ou, quando necessário, por avaliação biopsicossocial, nos termos do Edital n. 002/2023 do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura)

Anexo K - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO À COMUNIDADE INDÍGENA (Carta assinada por liderança(s) ou organização indígena)

Eu/Nós, liderança(s) ou Eu/Nós, representantes do Povo Indígena _____ da Aldeia (se for o caso) _____, localizada na Terra Indígena (se for o caso) _____, declaramos que _____, cadastrado no CPF _____, RG _____ é membro reconhecido desta comunidade.

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

_____ de _____ de 2023.

Observação: carta assinada por no mínimo uma Liderança indígena ou por uma Organização indígena

Anexo L - DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO À COMUNIDADE QUILOMBOLA (Carta assinada por liderança(s) ou organização quilombola)

Eu/Nós, Liderança(s) ou Eu/Nós, Representantes do Povo Quilombola _____, localizado no território quilombola _____, no município _____, no Estado _____, declaro(declaramos) que _____, cadastrado no CPF _____, RG _____ é membro reconhecido desta comunidade.

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

Nome da Liderança: _____
Cargo/função/papel: _____
Povo: _____
CPF: _____
RG: _____
Assinatura da Liderança: _____

_____ de _____ de 2023.

Observação: carta assinada por no mínimo uma Liderança quilombola ou por uma Organização quilombola.